



Saúde Caixa: É hora de avaliar!

Após meses de negociações, com ameaças reais à sustentabilidade do Saúde Caixa, os empregados se preparam para finalmente avaliar uma proposta apresentada pelo banco. Assembleias devem acontecer no próximo dia 5. Até lá, tem reuniões e lives para tirar dúvidas. Orientação é pela aprovação.

Finalmente, após vários debates nos últimos meses, a Caixa apresentou, em negociação realizada na quarta-feira passada (22), nova proposta para o ACT (Acordo Coletivo de Trabalho) específico do plano de saúde, garantindo as premissas fundamentais. Apesar de manter o percentual de contribuição dos titulares de 3,5% sobre a remuneração base, com valor fixo de R\$ 480,00 por dependente, a empresa diminuiu o teto de 10% para 7% - considerado um dos menores na comparação com outras estatais.

Também será retirado o custo de pessoal da despesa administrativa, uso das reservas técnicas e de contingência para cobrir o déficit deste ano, de R\$ 422 milhões. O banco ainda se comprometeu com



o repasse periódico dos dados primários, recriação das Gipes, retorno dos comitês de credenciamento e a manutenção do teto anual de coparticipação por grupo familiar em R\$ 3.600,00. Outra demanda acatada é a realização de negociações em caso de déficits, alteração no teto estatutário de 6,5% no custeio e outras mudanças.

O Comando Nacional dos Bancários orienta assembleias para o dia 5/12, a realização de reuniões e lives para tirar as dúvidas.

Sindicatos pressionam governo pela revogação imediata da CGPAR

A Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), recebeu, na quinta-feira da semana passada (23), as representações sindicais dos trabalhadores das empresas públicas e estatais para discutir os processos de negociações em curso.

Entre os principais itens da

pauta, estava a Resolução 42 da CGPAR, que estabelece uma série de dispositivos prejudiciais aos trabalhadores que possuem caixa de assistência de saúde. São muitas as categorias impactadas pela resolução, por isso, os sindicalistas defenderam, durante a reunião, a suspensão imediata das medidas instauradas nos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro.

Um passo essencial por igualdade

A luta pela igualdade salarial entre homens e mulheres é antiga. Mas, finalmente, um passo fundamental acaba de ser dado. A partir de agora, as empresas com 100 ou mais funcionários terão de divulgar, a cada seis meses, o Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios.

O decreto que regulamenta a lei 14.611, sancionada pelo Governo Lula no dia 03 de julho de 2023, de equiparação salarial foi publicado no Diário Oficial da União na semana passada. A norma detalha mecanismos que serão utilizados para garantir e fiscalizar o cumprimento da legislação. Nos relatórios, as empresas devem divulgar informações como cargo e ocupação e remuneração.

O cumprimento da lei será acompanhado pelos sindicatos.

Maioria dos reajustes fica acima da inflação

As negociações coletivas são extremamente importantes e os resultados têm sido melhores desde a vitória da democracia social nas urnas. De janeiro a outubro de 2023, quase 79% dos acordos ficaram acima do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). A variação média é de 1,13% acima da inflação. Dados do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) indicam que 16,4% dos reajustes foram equivalentes ao índice e apenas 5,4% ficaram abaixo. Os setores com mais ganhos reais foram indústria, serviços e comércio, com percentuais entre 57,9% e 83,1%. Já no recorte por região, o maior percentual foi no Sudeste (82%).

Racismo institucional

Racismo institucional é a prática de uma organização, empresa, grupo, associação ou instituição pública, em não prover um serviço para uma determinada pessoa devido à sua cor, cultura ou origem étnica. Ele também se manifesta por meio de normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, como resultado de preconceitos. Caso tenha conhecimento, não seja conivente, denuncie essa prática.

Mais venenos na mesa dos brasileiros

O Brasil está enveredando por um caminho extremamente perigoso, que envenena as águas, os alimentos, coloca em risco o meio ambiente e a vida. Após movimentação da extrema-direita o projeto de lei 1459/2022, conhecido como PL do Veneno, tramitou em regime de urgência e foi aprovado nesta terça-feira (28) no Senado Federal. O texto, que flexibiliza o uso de agrotóxicos é de autoria do ex-senador Blairo Maggi, conhecido como o rei da soja e contou com o apoio da bancada ruralista, liderada pela senadora Teiza Cristina (PP-MS).